

A QUEM INTERESSA A AUSTERIDADE FISCAL?

*Rubens R. Sawaya*¹

“A restrição à soberania dos Estados nacionais por parte das “forças de mercado” equivale a uma restrição da liberdade de decisão democrática de seus povos...” (Streeck, Wolfgang “Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático” p.128, Boitempo, 2018)

“Apropriação dos governos pelo endividamento público ... os grandes grupos financeiros têm suficiente poder para impor a nomeação dos responsáveis em postos chaves como os bancos centrais ou os ministérios da fazenda, ou nas comissões parlamentares...” (Dowbor, Ladislau, “A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta”, Outras Palavras, 2017)

De volta para o futuro: o ajuste fiscal expansionista – o absurdo de que o governo pode cortar gastos o quanto quiser que a economia se expandirá – da “Ponte para o Futuro” que vem destruindo o país desde 2015 e culminou com o bolsonarismo, pressiona o novo governo com força bruta.

Dizem que o “mercado” não tem cara. Mas sabemos que o nome e endereço quando abrimos os jornais ou assistimos os telejornais e vemos estampada nas manchetes e nos artigos sua cara, bem como na fala de seus jornalistas quando abrem suas fontes de informação. Como um tsunami, invadem a mídia defendendo a austeridade fiscal! Usam para isso seus economistas de plantão, bem remunerados, com suas bases teóricas metafísicas, muitos deles construtores da “Ponte para o Futuro”.²

Depois de não conseguirem viabilizar a “sua via” chamada de “terceira”, assustados com o desastre bolsonarista acabaram por apoiar Lula, mas já totalmente armados para tomar o poder como em 2015. Assim bradam diuturnamente: “sem ajuste fiscal, estamos contra” ou “o governo eleito ainda não apresentou seu plano”, claro que só será aceito como “plano” se vier com “ajuste fiscal” na epígrafe. Pior, podem inviabilizar o governo pelo poder financeiro que dispõem sobre um congresso tomado pelo fisiologismo do “centrão” que só responde por incentivos financeiros. Ameaçam assim colocar a governabilidade de Lula em xeque.

¹ Professor do Departamento de Economia e do programa de Pós-Graduação em Economia política, ambos da PUC-SP.

² “Uma Ponte para o Futuro: a criação de uma nação estruturalmente pobre”, R. R. Sawaya, 06 de julho de 2021. Disponível em: <https://terapiapolitica.com.br/uma-ponte-para-o-futuro-a-criacao-de-uma-nacao-estruturalmente-pobre/>.

Por isso, parece necessário explicar porque brigam pelo controle do Estado e se a justificativa teórica de que se valem tem algum sentido real. O que desejam é o controle sobre o Estado e sobre o fundo público, o controle sobre a economia que se materializa nas chamadas “reformas”, todas elas constantes do programa “Ponte para o Futuro” de 2015. Para além disso, a questão nada tem a ver com descontrole fiscal que, como entre 2003 e 2014, anos de governo PT, a relação dívida/PIB apenas caiu com aumento de gastos.

A justificativa falsa tida como “técnica, ou teórica”

Os argumentos centrais contra o gasto público vestem roupas teóricas, proporcionando um ar “científico”. A base está na teoria do equilíbrio geral walrasiano do século XIX, modernizada pelo conceito de “Market Clearing” dos novo-clássicos dos anos 1970 com um tom de “equilíbrio dinâmico” ou “ciclo de negócios”, uma modernização da “inteligência do mercado” hayekiana dos anos 1940. Parte da ideia de que a economia está sempre navegando em torno do equilíbrio entre oferta agregada (capacidade produtiva do país) e demanda agregada (centrada no consumo). Os defensores dessa teoria creem que tudo que é produzido é sempre vendido, o que seria garantido pelo sistema de preços flexíveis como indicador alocativo perfeito. O sistema de preços passaria as informações do mercado (desequilíbrios entre oferta e demanda) para empresários imaginários atuando em concorrência perfeita, como se o mundo real não fosse constituído por grandes empresas e oligopólios transnacionais que, na verdade, definem os preços. A ideia de empresas definindo seus preços aparecerá na teoria como “falhas de mercado”, mas ao contrário de tratarem de poder, completam o pacote com “reformas institucionais” – no fundo um pacote de reformas neoliberais – imaginando que com elas o mercado funcione perfeitamente.

A partir dessa abstração, a oferta agregada seria limitada pela disponibilidade de fatores de produção, do emprego ofertado pelos trabalhadores em função do nível de salários reais que desejam receber. A demanda de trabalho das empresas, o aumento da produção, dependeria assim da decisão trabalhadores em aceitar ou não o salário. Nessa lógica do equilíbrio, haveria apenas um nível de “desemprego natural” no qual o produto seria sempre maximizado (oferta agregada) sem pressões inflacionárias, supondo que os empresários, em concorrência, sempre investirão e produzirão o máximo possível dada a tecnologia e a disponibilidade de trabalhadores dispostos a trabalhar pelo salário vigente,

imaginariamente determinado pelo “produto marginal”. São os trabalhadores que decidiriam a oferta e, portanto, determinariam sua restrição. Por isso a defesa da reforma trabalhista, bem como o fim dos sindicatos – reformas institucionais para acabar com essa “falha de mercado” –, o que retiraria o poder dos trabalhadores e os obrigaria a aceitar salários mais baixos, imaginando que, com os isso, esses empresários abstratos investiriam.

Neste mundo do “equilíbrio geral” mágico, todos os recursos disponíveis, trabalhadores que desejam trabalhar pelo salário vigente, estariam sempre sendo totalmente utilizados e a oferta agregada definida em seu nível máximo. Os preços flexíveis seriam os indicadores perfeitos na alocação dos recursos (trabalho) escassos, o que levaria os empresários a saírem de setores de preços mais baixos e menos lucrativos, suposto excesso de oferta nestes, e investiriam em setores de preços mais altos, suposto excesso de demanda, garantindo o equilíbrio geral do mercado fundado na ideia de que milhares de empresários atuam em concorrência. As empresas nunca teriam capacidade ociosa e, portanto, produziriam no limite, sem poder aumentar a oferta em resposta a pressões de demanda. A inflação é sempre resultado de pressões de demanda ou de seu correlato, a “confiança” dos agentes de que ninguém interferirá neste mundo perfeito.

Adicionalmente, nesse mundo do equilíbrio geral baseado na maximização do uso dos recursos disponíveis, acredita-se que se o recurso não é usado de uma forma, será usado de outra. A poupança (recursos financeiros não gastos) se tornará sempre investimento realizado por empresários. Não existiria dinheiro especulativo livre nas mãos dos bancos que não fosse gasto produtivamente por alguém. Bancos seriam apenas intermediários. Não existiriam “recursos” disponíveis e o “mercado” garantiria assim sua perfeita alocação sob uma “taxa de juros natural” que equilibra oferta e demanda de recursos financeiros, ideia que já vinha do século XIX, mas que retorna com força nos anos 1970 com os novo-clássicos.

Nesse mundo, se o governo intervier pelo uso de políticas fiscais expansionistas, deficitárias, atrapalharia essa lógica suposta perfeita do “equilíbrio geral” acertada por políticas de correção das “falhas do mercado”. O gasto público e a cobrança de impostos, mesmo que em equilíbrio fiscal, interfeririam negativamente na suposta alocação perfeita regulada pelo mecanismo de preços livres. Por isso a defesa do Estado mínimo.

O déficit público seria, portanto, sempre inflacionário porque impactaria a demanda agregada diante de uma oferta agregada já no limite superior. Atualmente, dizem

que impacta na “confiança” dos agentes que conheceriam as suposições do equilíbrio geral acima expostas e, assim, formariam suas “expectativas” racionalmente sobre o futuro. Supondo-se que a ação do Estado gera inflação ao interferir no poder alocativo perfeito mercados, ou na “inteligência dos mercados”, por antecipação estes “agentes” elevariam seus preços causando inflação e confusão no sistema alocativo perfeito. Na verdade, essa ideia baseia-se na suposição de que a inflação é sempre causada por pressões de demanda, mesmo quando, como hoje, é o resultado da elevação de custos (taxa de câmbio e preços internacionais do petróleo e das commodities) ou do poder das grandes empresas oligopolistas em defender suas margens de lucro, ou mesmo defini-las como quiserem por sua estratégia de disputa pelo valor econômico excedente – o que já estava em Kalecki ainda nos anos 1930 como crítica ao equilíbrio geral.

Diante desse modelo teórico abstrato, considerado válido em qualquer lugar e em qualquer momento da história, que não considera as relações de poder e controle de grandes corporações e grandes bancos sobre a estratégia produtiva e sobre o crédito, dizem, portanto, que a política fiscal é ineficiente e inflacionária.

A Política Fiscal seria ineficiente?

Parte da ideia de ineficiência da política fiscal funda-se em argumentos contábeis de curto prazo fundados no “equilíbrio geral” de que se o Estado gasta, alguém tem que financiar ou deixar de gastar, supondo um “Crowding out” de 100%. Além disso, vê o Estado como uma família que só pode gastar o que ganha. Assim, o déficit fiscal teria sempre que ser financiado por antecipação “retirando-se” recursos financeiros de algum lugar, do investimento privado, ou posteriormente, elevando-se os impostos (“equivalência ricardiana”). Essa lógica revela um total desconhecimento sobre a dinâmica macroeconômica.

Nessa lógica, se o déficit público for financiado com emissão de moeda, dada a suposição do equilíbrio e de que moeda é um bem qualquer que perderia valor com elevação da quantidade (utilidade marginal decrescente), a emissão provocaria apenas inflação e não crescimento econômico – a moeda seria neutra em atuar sobre variáveis reais como emprego e renda. Diante do aumento da quantidade de moeda, os consumidores correriam para as compras sob a suposição, antes explicada, de que seria impossível elevar a oferta para satisfazer essa demanda dado que o nível de emprego se

encontraria sempre em seu “nível natural”. O resultado seria apenas inflação, o que não faz qualquer sentido em uma economia com capacidade ociosa e elevado desemprego.

De outro lado, imaginam que se o déficit for financiado por emissão de dívida pública, retiraria recursos dos investimentos privados disponíveis no sistema financeiro, provocando elevação nas taxas de juros. Geraria assim queda no investimento privado na mesma proporção, em nada afetando a atividade econômica. Criaria problemas na alocação de recursos interferindo no ajuste natural dos mercados via preços.

Ainda mais, imaginam que a emissão de dívida pública obrigaria a elevação da carga fiscal no futuro, os impostos. Os lucros dos empresários seriam mais tributados no futuro, diminuindo a renda das “futuras gerações” (equivalência ricardiana). Essa lógica carece totalmente de compreensão sobre a dinâmica macroeconômica.

Adicionalmente são reticentes ao financiamento do gasto público por uma reforma fiscal que eleve os impostos sobre os ricos. Fora o absurdo argumento de que são os ricos que investem na produção, de fato, taxar os ricos retira o dinheiro especulativo do sistema bancário, diminuindo a alavancagem e os ganhos do sistema. Se o governo arrecada e coloca os recursos em fundos públicos administrados pelo Estado ou em bancos públicos para financiar o investimento produtivo, diminui a liquidez disponível para os ganhos especulativos no mercado. Além disso, impede que o sistema ganhe duplamente ao emprestar essas grandes fortunas ao próprio governo comprando dívida pública em troca de juros pagos pelo o Estado. Assim, taxar grandes fortunas pode enfraquecer o sistema especulativo.

A partir desses argumentos, o gasto público seria sempre ineficiente, atrapalharia a alocação ótima dos “mercados”, violaria as “taxas naturais de desemprego e produto” do equilíbrio geral, geraria confusão no sistema de preços, e no fim inflação sem crescimento econômico. Atrapalharia a confiança dos agentes no mecanismo de preços como indicador alocativo perfeito do “mercado”.

O papel da dívida pública para os mercados especulativos

A dívida pública tem um papel importante para o funcionamento dos mercados financeiros privados. Além disso, tem uma função central como forma de controle e apropriação privada sobre os fundos públicos. É por meio dela que se controla o Estado e as políticas econômicas.

O mercado financeiro, por meio de seus porta-vozes diários, afirma que, com o crescimento do estoque de dívida pública causado por déficits, o governo teria dificuldades de rolar a dívida e seria obrigado a elevar a taxa de juros. Caso contrário, se a taxa de juros não subir, o mercado se recusaria a comprar os títulos e deixaria o Tesouro sem ter como refinar a dívida. Segundo esse argumento, poderia se chegar a um ponto em que o Estado teria que dar um calote na dívida pública por falta de refinanciamento.

Essa lógica é absurda porque, se isso ocorresse, quebraria o próprio sistema financeiro “credor”. Os bancos não querem o fim de dívidas (de qualquer tipo) que são seus ativos por meio dos quais ganha dinheiro com sua manutenção ou negociação, assim como fazem com o cheque especial ou o cartão de crédito que cobra taxas de juros anuais superiores a 300%. O objetivo é manter sempre devedor pagando para abocanhar uma parte de seu salário pela cobrança dos juros, ou ganhar negociando esses ativos no mercado especulativo. Melhor, uma dívida contra o Estado é um recurso líquido, todo o sistema financeiro aceita o ativo com meio de pagamento, é garantido pelo Estado e além disso é remunerado por taxas de juros pagas com recursos públicos do próprio Estado, ou dos impostos que pagamos.

O estoque de dívida pública no ativo dos bancos serve como colchão de liquidez dentro do sistema financeiro, cumprindo praticamente o papel de reservas em moeda. Isso se deve a liquidez dos títulos público e ao fato de o Estado usá-los justamente para ajustá-la no sistema, garantindo inclusive a solvência dos bancos. Portanto é dinheiro líquido garantido usado no sistema. A emissão de dívida pública é, praticamente, emissão de dinheiro para o sistema, ainda mais com a vantagem de render juros. Cumpre ainda a função elevar a capacidade de alavancagem do sistema financeiro em outros negócios mais arriscados especulativos. É a garantia de um “caixa” líquido para cobrir operações especulativas arriscadas negociado diariamente entre os bancos para, se necessário, cobrir seus saldos no final do dia.

Assim, pode-se dizer que ao sistema não interessa uma relação dívida/PIB baixa. O que é importante para seu funcionamento é a garantia de liquidez e o controle sobre ela, o que depende de seu poder de comando sobre o Estado, sobre o ministro da Fazenda e sobre o Banco Central. Uma dívida/PIB baixa torna difícil justificar as políticas contracionistas e a pressão por elevação das taxas de juros básicas, assim como justificar cortes de gastos com políticas sociais. O objetivo é garantir a apropriação sobre o fundo

público pelo sistema financeiro e o controle sobre as finanças do Estado, garantir o fluxo no pagamento de juros para o mercado especulativo.

Além disso, se o sistema financeiro não financiar o tesouro, além de não receber, acaba com “dinheiro” “empoçado”. Todas as vezes que isso ocorreu e foram para o mercado real de crédito, financiaram em excesso automóveis e tiveram problemas. Isso também ocorre com o financiamento atual de imóveis, mas com implicações menores porque hoje quem perde é sempre o comprador que não consegue pagar sua dívida e perde tudo que já pagou quando o imóvel é retomado.

Para o mercado, não comprar títulos públicos não tem sentido. Claro, sempre pressionam, politicamente, para aumentos nas taxas de juros sobre a dívida com o recorrente argumento “técnico” de “inflação explosiva”, exista ou não pressão inflacionária. Em economias como a brasileira, pressões inflacionárias são normais, causadas por desvalorizações cambiais que elevam custos das empresas, bem como por elevação de preços de produtos básicos internacionais, fatores que, em economias oligopolizadas e controladas por grandes empresas, são custos que são facilmente repassados aos preços. A inflação atual foi causada pela elevação dos preços do petróleo (política de preços da Petrobrás) e das commodities, que a despeito de serem produzidas no Brasil – no caso do Petróleo por uma empresa “estatal” – seguem preços internacionais. Assim, normalmente essa inflação nada tem a ver com demanda, o único caso em que se justificaria aumento das taxas e juros, mesmo assim, apenas quando realmente a economia estiver no pleno emprego ou com falta de capacidade ociosa.

A política de “teto de gastos” assim como a “independência do Banco Central” tem a função de garantir o controle do mercado sobre o Estado e a dívida pública independentemente do Governante. Ambas funcionam como bases em que se fundam os mecanismos de controle.

Sob o pretexto de garantir a “confiança” dos agentes e a estabilidade de preços, a política de teto de gastos tem, na verdade, como principal função o controle do “mercado” financeiro sobre os mecanismos e a administração da dívida pública, o acesso direto ao fundo público. O comando sobre a política fiscal não deixa que recursos do fundo público sejam desviados do mecanismo especulativo e do pagamento de taxas de juros. Impede que sejam carreados, não apenas recursos aos bancos públicos que realmente financiam o investimento privado, mas também para gastos com políticas sociais, saúde e educação. Se o objetivo do teto de gastos fosse elevar os recursos para o investimento público ou

políticas sociais, essas rubricas de gastos estariam fora do teto. O que está fora dos limites do teto é o gasto com juros da dívida pública definidos por um Banco Central imaginariamente “independente”.

A política de teto serve também para justificar a privatização de tudo com o falso objetivo de “ajuste fiscal”. Foi exatamente o que ocorreu na década de 90 quando o filé mignon das estatais foi vendido. O resultado foi o contrário: a dívida/PIB subiu de 30% para 80% na época. Hoje, a bola da vez é a Petrobras, já praticamente privada pela nova lei das Estatais que impede a empresa de atuar como Estatal para o interesse público. A Eletrobrás já foi passada para as mãos do mercado especulativo e espera-se o mesmo destino.

Além disso, o sistema financeiro ganha na estruturação e engenharia financeira dos projetos de privatização, embora seu principal o interesse seja colocar essas empresas privatizadas (enormes) sob administração de seus fundos apropriando-se de seus lucros, como hoje ocorre com a Petrobrás, bem como fomentando os ganhos especulativos.

Cabe explicitar como a ideia de Banco Central independente entra no bojo das “reformas institucionais” que corrigiriam as “falhas de mercado”, escondendo os verdadeiros interesses. Supõe ainda que a inflação seja definida por expectativas dos agentes que seriam conhecedores da teoria do “equilíbrio geral”. Para essa “teoria” o Banco Central teria a função “autônoma” de garantir a “âncora monetária” fundada em uma regra (“regra de Taylor”), na qual sempre que a expectativa de inflação – qualquer que seja o motivo real de sua origem – ultrapassar as “metas” definidas – justamente para “ancorar essas expectativas” – o Banco Central atuaria elevando as taxas de juros para trazer a inflação de volta para a meta. No final, acreditam que a simples independência do Banco Central ancoraria as expectativas dos “agentes” e tornaria desnecessária a elevação das taxas de juros. Assim as taxas de juros, pela “confiança do mercado na ação do Banco Central”, seriam sempre baixas e os investimentos privados seriam elevados. Dessa forma, com base na definição das expectativas realizadas pelo mercado e apontadas no Boletim Focus, eles têm o poder de controlar juros e câmbio.

Na verdade, a independência do Banco Central foi tão solicitada pelo sistema financeiro, porque assim estaria garantido o controle do “mercado” financeiro sobre a dívida pública e a taxa de juros, independente do Governante no momento – o que impediria ações de governos sempre chamados de “populistas” por quererem uma política monetária expansionista que seria, portanto, inflacionária.

O controle do Banco Central sobre a taxa de câmbio também é central. A justificativa neste caso para a independência do Banco Central supõe que taxa de câmbio é um preço como outro qualquer, portanto deveria ser flexível e se ajustaria, como tudo mais, naturalmente diante da oferta e demanda de divisas. Na verdade, com um Banco Central independente, este ficaria impedido de aturar para conter ataques especulativos do “mercado”, com alto impacto sobre a inflação. No Brasil, o câmbio é a causa central da inflação, assim como a âncora cambial foi a forma de seu controle nos anos 1990. De fato, sem o controle do Governo sobre juros e câmbio, fazer políticas de crescimento econômico se tornou muito mais complicado para o novo Governo. De outro lado, a política de independência tem por objetivo impedir a política cambial de atuar em consonância com as estratégias de crescimento do país, deixando a taxa de câmbio flutuando exclusivamente ao sabor do sistema especulativo.

A incapacidade (ou interesse) de ver a lógica dinâmica macroeconômica

Os economistas (ortodoxos funcionários do sistema financeiro) são capazes de provocar mais estragos do que a pandemia como bem demonstra os últimos 8 anos com sua “Ponte para o Futuro”. A piada é boa: um erro médico mata uma pessoa, um erro de engenharia talvez duzentas, um erro de política econômica pode matar milhares ou destruir a economia de um país. A insistência em cortar gastos públicos sociais com a preservação do teto de gastos é genocida.

A elevação da relação dívida/PIB pode ser um indicador de que a política fiscal está sendo ineficiente. O PIB é o valor produzido por um país. Uma política fiscal eficiente é, portanto, aquela que mantém a relação dívida/PIB em uma perspectiva temporal de longo prazo, dentro de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento. Não importa o tamanho, mas a estabilidade no tempo. Há países, como o Japão, que têm dívida/PIB superior a 200%.

Como provocação, tomando-se uma empresa, se seu endividamento cresce mais do que o valor que produz (seu faturamento), poderá ter problemas financeiros no longo prazo, mesmo porque não emite moeda para pagar sua própria dívida (como o Estado) e depende de suas vendas no longo prazo. Mantendo o paralelo ‘privado igual a público’ como gostam os ortodoxos, neste caso o Estado pode sim ser comparado a uma empresa que deve manter seu grau de endividamento sobre seu faturamento estável em perspectiva no tempo no longo prazo.

Claro, há momentos de forte investimento em que a empresa privada eleva seu endividamento, mas que poderá diminuir no futuro – a depender de sua estratégia – com o valor que o próprio investimento de hoje criará no futuro, o que tornará possível pagar dívidas e fazer novas. Os gastos com investimentos se pagam no tempo, com receitas futuras. A nenhuma empresa interessa zerar sua dívida, ao contrário, interessa contar com o máximo de capitais de terceiros, dado o potencial que cria para alavancar sua produção de riqueza no tempo, sua estratégia de crescimento.

Até aqui, essa situação em relação ao Estado não é diferente. Se o Estado eleva sua dívida para promover investimentos públicos, criará valor suficiente para pagar a própria dívida, como qualquer empresa privada. Claro, não pressionará a demanda agregada nem os juros se o desemprego é elevado e há recursos ociosos, portanto, não é necessariamente inflacionário. Sim, como qualquer movimento de crescimento econômico, sempre haverá pressões inflacionárias diante dos diferentes ritmos de elevação da oferta, normal em diferentes setores.

Mas, o Estado não é uma empresa. Não porque emite dívida em sua própria moeda, mas porque seu investimento gera, não apenas um retorno sobre si mesmo como qualquer investimento privado, mas um retorno oriundo da atividade econômica que fomenta, fato amplamente estudado na lógica da “matriz insumo-produto” da década de 1950. Um investimento em infraestrutura não precisa se pagar por cobrança de tarifas como se fosse privado por conta desse efeito multiplicador sobre a atividade econômica.

Investimentos públicos, se bem realizados, têm a função de promover os investimentos privados, criar um fluxo de investimentos derivados privados que elevam o emprego, a renda, o produto. Tem por função elevar demanda efetivamente no médio e longo prazo. Como resultado macroeconômico, eleva a arrecadação de impostos sem qualquer aumento na carga fiscal, sem elevação no percentual pago de impostos sobre a renda agregada – portando sem qualquer peso sobre as “gerações futuras”. Claro, a questão central é a qualidade do gasto público. E o gasto de pior qualidade, aquele que não cria qualquer efeito dinâmico sobre a economia, é o gasto com juros da dívida pública sempre elevado por pressões do mercado financeiro.

Portanto, o investimento público conta com outra fonte de retorno, o que o diferencia do investimento privado que deve seu autofinanciar pela receita com vendas que criará. O investimento do Estado pode se financiar com receitas (tipo pedágio em estradas), mas se financia principalmente pelo próprio crescimento econômico que gera,

pelo fluxo dinâmico que cria, na matriz insumo-produto, no fomento de setores da cadeia de produção, impactando e incentivando o investimento privado. Na verdade, a elevação do investimento privado é o objetivo principal do gasto público de qualidade em economias capitalistas. Essa ação é ainda mais importante quando o desemprego é elevado e as empresas estão com capacidade ociosa. O gasto público funciona como uma máquina que move a economia rumo ao crescimento e desenvolvimento.

Esse efeito dinâmico sobre a economia é a base a partir da qual deve ser pensada uma elevação do déficit público e da dívida pública. É importante abandonar falácia de que é a austeridade fiscal que cria essa dinâmica, principalmente por conta de seus pressupostos metafísicos, não reais.

É preciso superar a base estreita de curto prazo fundada na visão pobre de que receitas devem se equilibrar com as despesas. A economia deve ser pensada no longo prazo, como dinâmica e não no mesquinho curto prazo. No longo prazo, as receitas criadas devem superar as despesas realizadas hoje, no curto prazo.

O gasto público bem planejado, em face à dinâmica que cria, incentiva o investimento privado. No longo prazo as futuras gerações, não apenas não terão qualquer encargo financeiro adicional para pagar, como terão escolas e hospitais de qualidade, casas para morar, infraestrutura de alto nível, emprego e renda.

Nesse processo dinâmico, a relação dívida pública/PIB pode até baixar quando a economia cresce, exatamente como ocorreu entre 2002 e 2014. Portanto, não existe “questão fiscal” nem contradição entre gasto público e crescimento.

Isso no mais puro capitalismo, mas que só será possível se for superada, por parte de nossas elites, a visão mesquinha “curto-prazista” que só nos leva ao desastre, mas que tanto serve aos interesses do chamado “mercado”.